

Articulando gênero e raça: algumas críticas do feminismo negro ao pensamento feminista hegemônico ocidental

Jennifer Stephanie Cardoso dos Santos

Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Contato:

jennysteph@yahoo.com.br

Palavras-chaves:

Movimento feminista, Feminismo negro, Mulheres negras, Interseccionalidade.

Keywords:

Feminist movement, Black feminism, Black women, Interseccional-ity.

Resumo: O presente artigo tem como objetivo traçar um breve histórico do movimento feminista ocidental, bem como sua luta para promover o acesso a direitos para as mulheres. Todavia, pretende-se problematizar a maneira como o feminismo ocidental a partir da década de 1960 não foi capaz de dar conta das especificidades que envolvem as mulheres negras. Além disso, buscou-se evidenciar a importância do conceito de interseccionalidade, aceito pela teoria feminista, capaz de dar conta das múltiplas formas de opressão das quais uma mulher negra pode ser vítima levando em conta os múltiplos aspectos de sua identidade pessoal.

Abstract: This article aims to trace a brief history of the Western feminist movement and its struggle to promote access to rights for women. However, we intend to discuss how the Western feminism from the 1960s was not able to give account of the specificities of black women. In addition, it sought to highlight the importance of the concept of intersectionality, accepted by the feminist theory, capable of handling multiple forms of oppression which a black woman may be a victim of, taking into account the multiple aspects of their personal identity.

Introdução

O feminismo é um movimento social e político que surge no século XIX e possui como bandeira de luta a busca de igualdade de direitos entre homens e mulheres. O movimento feminista buscou, a partir de uma série de lutas, promover a igualdade entre os sexos. No final do século XIX e início do século XX, a luta feminista era por direitos políticos com o objetivo de que as mulheres também possuíssem o direito ao voto. Esse movimento ficou conhecido como sufrágio e correspondeu à chamada primeira onda do movimento feminista. Segundo Alves e Pitanguy (1991),

"Iniciou-se o sufrágio, enquanto movimento, nos Estados Unidos, em 1848. Denuncia a exclusão da mulher da esfera pública, num momento em que há uma expansão do conceito liberal de cidadania abrangendo os homens negros e os destituídos de renda" (1991, p. 44).

Alves e Pitanguy (1991) afirmam que no Brasil a luta pelo direito ao voto feminino não atingiu o mesmo nível de movimento de massas como havia ocorrido nos Estados Unidos e na Inglaterra. Segundo essas autoras, no Brasil, Bertha Lutz inaugura, em 1919, a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher que mais tarde passa a ser chamada de Federação Brasileira pelo Progresso Feminino que dá continuidade à luta estabelecida anteriormente, em 1910, com a criação do Partido Republicano da Mulher, que tinha como principal objetivo ampliar os debates acerca do

direito ao voto feminino. O Rio Grande do Norte é o primeiro estado brasileiro a incluir em sua Constituição o exercício do direito ao voto às mulheres. Esse fato intensifica as mobilizações que passam a exigir que o direito ao voto feminino passe a ser permitido em todo Brasil. As autoras apontam que quando Getúlio Vargas, em 1932, promulga o decreto-lei que permite sufrágio às mulheres, este já vinha sendo exercido em dez estados brasileiros.

Ainda no sentido de luta por igualdade política e reconhecimento de cidadania, Rossi-Doria (1995) argumenta acerca das várias situações de desigualdade entre homens e mulheres. Ela afirma que as mulheres casadas eram excluídas do direito de propriedade e até mesmo o seu direito ao corpo lhes era negado, uma vez que o estupro dentro do casamento ainda não era reconhecido na esfera jurídica.

Segundo Alves e Pitanguy (1991, p.49), "os anos 1930 e 1940 representam um período em que, *formalmente*, as reivindicações das mulheres haviam sido atendidas: podiam votar e ser votadas, ingressar nas instituições escolares, participar do mercado de trabalho" (grifo das autoras). As autoras ressaltam que essa aparente igualdade entre os sexos veio a confluir com os interesses econômicos daquele momento histórico em que estava prestes a eclodir uma nova guerra mundial. Assim, a mão de obra feminina passa a ser valorizada em virtude da necessidade de liberar os homens para frente de batalha. Todavia, as autoras apontam que, ao término da guerra e com o retorno da mão de obra masculina, a ideologia da diferencia-

ção biológica que atribui papéis segundo o sexo volta a ser reforçada. Reina a concepção de que às mulheres cabe o espaço doméstico enquanto aos homens cabe o espaço público, o trabalho nas fábricas.

Em 1949, Simone de Beauvoir publica o livro *O Segundo sexo*, onde denuncia as raízes culturais das desigualdades entre homens e mulheres. Nesse livro, Beauvoir "afirma ser necessário estudar a forma pela qual a mulher realiza o aprendizado de sua condição, como ela a vivencia qual o universo ao qual está circunscrita" (ALVES & PITANGUY, 1991, p. 52). Essas autoras apontam que a obra de Beauvoir é um marco, pois é a base na qual se sustentam os fundamentos da reflexão do movimento feminista que ressurgirá a partir da década de 1960.

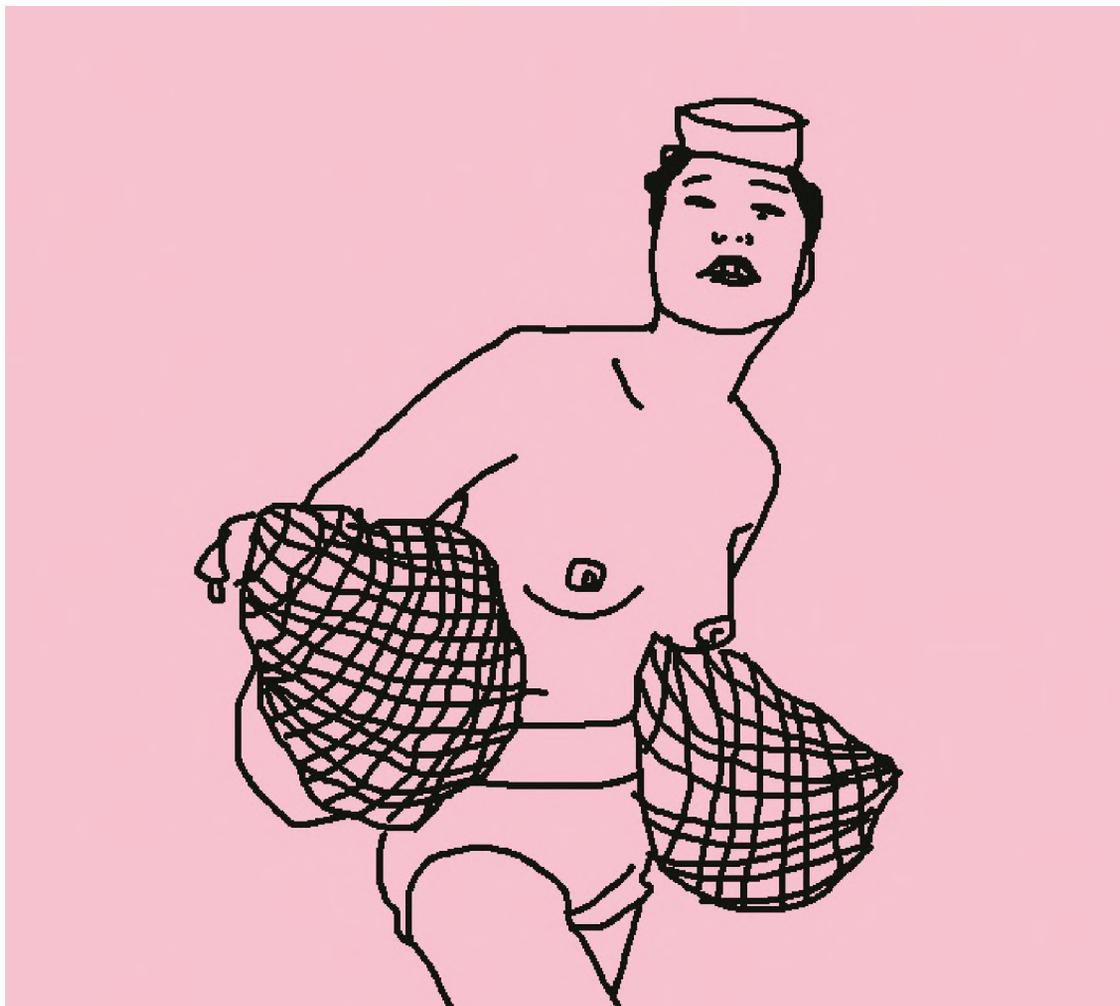
É com base nos escritos de Beauvoir que Betty Friedan publica a obra *The feminine Mystique* de 1963. Obra considerada um marco por promover a quebra de paradigmas patriarcais constituídos nas sociedades modernas a partir do processo de industrialização que separavam a esfera produtiva da esfera reprodutiva, ou seja, a designação das mulheres à esfera doméstica, partindo da premissa de que as mulheres deveriam ficar apenas no próprio lar cuidando da casa e filhos enquanto o homem provê o sustento para a família. Segundo Alves e Pitanguy (1991), é nes-

te livro, a partir de um conjunto de depoimentos de mulheres de classe média dos EUA, que se detectaria o que Friedan denominou "o mal que não tem nome", o que segundo as autoras se traduziria em frustração constante e indefinida. Outras autoras como Kate Millet e Juliet Mitchel também elaboram teorias sobre o patriarcado e a condição da mulher na sociedade.

"Na década de 1960, o feminismo incorpora, portanto, outras frentes de luta, pois, além das reivindicações voltadas para o exercício de direitos – políticos, trabalhistas, civis – questiona também as raízes culturais destas desigualdades. Denuncia [...] a crença da inferioridade "natural" da mulher calcada em fatores biológicos" (ALVES e PITANGUY, 1992, p. 54).

A segunda onda do movimento feminista é marcada pela luta por direitos sociais. Entretanto, esse não foi o único direito reivindicado pelo movimento no período. Assim, além da luta por ocupações no mercado de trabalho, houve também luta pelo direito ao corpo e à sexualidade, sendo o slogan de Carol Hanisch "o pessoal é político" um marco para essa fase.

Todavia, com tantas conquistas alcançadas pelo movimento feminista ocidental, onde se encontravam as mulheres negras dentro desse movimento? As rei-



Ingrid Sá Lee

vindicações dessas mulheres eram as mesmas das mulheres brancas que faziam a teoria feminista? As formas de opressão e de superação eram as mesmas para mulheres negras e mulheres brancas?

Com base nesses questionamentos e após uma série de críticas ao livro *The feminine Mystique* (A Mística Feminina), bell hooks (2015) aponta:

"As mulheres brancas que dominam o discurso feminista – as quais, na maior parte, fazem e formulam a teoria feminista – têm pouca ou nenhuma compreensão da supremacia branca como estratégia, do impacto psicológico da classe, de sua condição política dentro de um Estado racista, sexista e capitalista" (HOOKS, 2015, p. 196).

Nesse sentido, várias críticas de diversas autoras negras foram dirigidas às feministas brancas por invisibilizar ou não questionar o lugar da mulher negra dentro da estrutura sexista e racista da sociedade. E, além disso, por usar como modelo de análise um padrão do que é "ser" mulher constituído a partir das experiências de mulheres brancas (HOOKS, 1981; 2000; COLLINS, 2000).

A obra de Friedan apenas levou em consideração as experiências das mulheres brancas de classe média e as universalizou ao grupo de mulheres. Entretanto, as reivindicações das mulheres negras eram diferentes, já que ocupavam outra posição na sociedade. Em seu estudo acerca das famílias monoparentais, Santos (2008) realiza uma série de entrevista e uma das pessoas indagadas é categórica ao afirmar que "as mulheres negras trabalham e são chefes de famílias monoparentais desde a escravidão, sendo o fenômeno da participação feminina no mercado de trabalho e a formação de famílias monoparentais, novidade apenas para as famílias de classe média branca." (SANTOS, 2008. p. 99)

A crítica das feministas negras norte-americanas

Em 1851, Sojourner Truth profere um discurso na *Women's Rights Convention* (Convenção dos Direitos das Mulheres) em Ohio, Estados Unidos. O discurso foi intitulado "Ain't I a woman?" (Não sou uma mulher?). Nesse discurso, Sojourner Truth já àquela época retrata as desigualdades entre as mulheres brancas e negras, e como essas últimas têm sua situação invisibilizada na sociedade graças a uma estrutura racista. Ela questiona as formas de tratamento empregadas às mulheres:

"Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não

sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu ari e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?" (TRUTH, S. Em discurso proferido como uma intervenção na *Women's Rights Convention* em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851).

Cabe aqui ressaltar que este discurso foi proferido muito antes dos escritos de Beauvoir (1949) e já questionava os papéis atribuídos segundo o gênero. No entanto, este discurso é praticamente desconhecido (ou ignorado) por grande parte dos estudiosos das questões de gênero. Além disso, vale destacar o protagonismo de Sojourner Truth enquanto mulher negra e ex-escrava na luta abolicionista.

O movimento feminista negro começa a ganhar força entre 1960 e 1980, em razão da fundação da *National Black Feminist*, nos EUA, em 1973. Além disso, feministas negras passaram a escrever sobre a temática racial, dando origem a uma literatura acadêmica nesse sentido (RODRIGUES, 2013). As feministas negras se encarregaram de relatar e problematizar as vivências e condições de vida das mulheres negras. Porém, alguns escritos do pensamento feminista de mulheres negras norte-americanas surgem no sentido de criticar e problematizar o posicionamento do feminismo vigente até aquele momento, que considerava a mulher branca de classe média como referência do "ser" mulher. Nesse contexto, surgem várias autoras negras que buscam dar visibilidade para a situação das mulheres negras em uma sociedade altamente racista e sexista como a norte-americana.

bell hooks (1981) aponta que nenhum outro grupo tinha sua identidade tão ocultada como tinham as mulheres negras. Para essa autora, quando a questão dizia respeito ao povo negro, o sexismo atuava contra o reconhecimento das mulheres negras; quando o foco estava sobre as mulheres, o racismo atuava contra o reconhecimento das mulheres negras. Segundo ela, o local onde isso era mais evidente era no corpo teórico da vasta literatura feminista. Essa autora traz à tona o fato de as feministas não terem desafiado essa noção racista-sexista, mas de apenas a terem preservado. Ao mencionar os debates a respeito do direito ao voto nos EUA, hooks (1981) afirma que na luta pelo direito ao voto as feministas faziam analogias que deixavam claro que, quando falavam em mulheres, referiam-se às brancas e, quando citavam os negros, falavam dos homens negros, portanto ocultando o lugar da mulher negra nessa discussão e não reconhecendo como legítimo seu direito à cidadania.

Além disso, bell hooks (2000) dirige duras críticas à forma como as mulheres brancas feministas universalizam a "categoria mulher" a partir de suas próprias experiências, como se toda mulher fosse branca e pertencesse à classe dominante, desconsiderando as contradições de classe e raça.

"As análises feministas sobre a sina da mulher tendem a se concentrar exclusivamente no gênero e não proporcionam uma base sólida sobre a qual construir a teoria feminista. Elas refletem a tendência, predominante nas mentes patriarcais ocidentais, a mistificar a realidade da mulher, insistindo em que o gênero é o único determinante do destino da mulher" (HOOKS, 2015).

Acrescenta-se que para que, para hooks (2015), o sexismo dos homens negros e o racismo das mulheres brancas acabam por prejudicar a luta contra o racismo no primeiro caso e a luta feminista no segundo, devido ao fato de ambos os grupos lutarem apenas por seus interesses particulares.

Seguindo a mesma linha, Patricia Hill Collins (2015) apresenta argumentos que expressam críticas à maneira como trabalhos considerados fundamentais para a teoria feminista centram sua análise em um único modelo de mulher tomando-o como geral: mulheres brancas e de classe média.

Romio (2013), ao analisar os estudos de Patricia Hill Collins e Deborah King, pensadoras que segundo ela definiram o pensamento feminista negro nos EUA, afirma que:

"Para elas, o desenvolvimento adequado da definição do pensamento feminista negro envolve enfrentar o complexo nexus de relações entre as classificações biológicas, a construção social de raça e o gênero como categorias de análise, as condições materiais que acompanham as mudanças nas construções sociais, e a consciência das mulheres negras sobre as diversas realidades vivenciadas." (ROMIO, 2013, p. 136)

No sentido de articular gênero e raça para explicar as diferentes formas de subordinação das mulheres negras, Collins (2000) explica que as formas de opressão a que as mulheres negras foram vítimas no período escravocrata se constituíram como base para todas as relações subsequentes. A autora aponta que as formas de opressão se davam em três dimensões interdependentes, a saber: econômica, política e ideológica. Na primeira dimensão, Collins (2000, p. 4-5) aponta para a exploração do trabalho das mulheres negras. A segunda dimensão diz respeito à negação dos direitos de cidadania às populações negras. Já a dimensão ideológica está ligada à imagem das mulheres negras na sociedade: imagens como de prostituta, por exemplo, eram usadas como forma de controle desse grupo. Ainda segundo essa autora, essa ideologia penetra na sociedade de tal maneira que é vista

como natural. Essas dimensões se complementam de tal forma que criam um sistema social de controle que atribui um lugar de subordinação às mulheres negras. Vale ressaltar que essas dimensões formam um emaranhado que perdura até hoje tanto na sociedade americana quanto na brasileira.

As feministas negras norte-americanas, em sua maioria, apontaram para necessidade de se articularem gênero e raça nos estudos feministas, fornecendo explicações para como as formas de opressão atuam de maneiras diferentes sobre as mulheres dentro de suas especificidades. No sentido de unificar as formas de opressão para uma análise mais apropriada, Lorde (2009) explicita que as formas de opressão não são hierárquicas, constituem-se na mesma fonte e separá-las por partes é diminuir um aspecto da identidade pessoal em relação a outro.

Feminismo Negro no Brasil

Após o golpe militar de 1964, os movimentos sociais no Brasil tiveram suas atividades suspensas. Apenas em meados dos anos 1970 que os movimentos feminista e negro voltaram a suas atividades; no entanto, a ditadura militar ainda estava em vigor. Nesse contexto, e respeitadas as diferenças, ambos levantavam como bandeira de lutas a redemocratização do país, o fim das desigualdades sociais e a plena cidadania, e carregavam como ponto em comum as dificuldades de incorporação das especificidades das mulheres negras (RIBEIRO, 1995; RODRIGUES, 2013).

As mulheres negras passaram a argumentar que suas especificidades vinham sendo ocultadas tanto pelo Movimento de Mulheres que partia do pressuposto que todas as mulheres seriam iguais dadas suas características biológicas, quanto pelo Ativismo Negro que acreditava que a igualdade racial era o ponto mais importante de luta, negando as diferenças de opressões sofridas por cada um dos sexos. Para Ribeiro (1995), no movimento feminista, o "ser mulher" ocultou a variável racial e, no movimento negro, a raça ocultou o gênero. Assim, a mulher negra aparece como "sujeito implícito". Ambos os movimentos se tornaram institucionalizados acreditando na ideia de igualdade a tal ponto que entre as feministas a questão racial não era crucial e entre os negros as diferenças de gênero foram desprezadas. (RIBEIRO, 1995; BAIRROS, 1995; CARNEIRO, 2003; RODRIGUES, 2013).

Dessa maneira, a situação de opressão sofrida por mulheres negras foi silenciada, na medida em que não havia movimento político capaz de articular a problemática do racismo e do sexismo na sociedade como uma bandeira de luta. Assim, as mulheres negras saíram à luta contra o racismo e para serem reconhecidas como atrizes políticas dentro de cada uma de suas especificidades.

Lélia Gonzalez, pioneira no trabalho acadêmico acerca do feminismo negro no Brasil, tem sua obra

marcada por duras críticas dirigidas ao mito da democracia racial e à ideologia do branqueamento que contribuíram para a invisibilidade da situação da mulher negra no Brasil. Gonzalez (1988) considera que o racismo latino-americano possui mecanismos sofisticados o suficiente para manter negros e índios subordinados graças à formação ideológica propagada através dos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais que estabelecem e reforçam o mito da supremacia branca, as únicas formas de classificação e valores considerados verdadeiros e universais. Ela chama esse processo de ideologia do branqueamento. O mito da superioridade branca é internalizado pelo sujeito e este cria o desejo de "embranquecer", daí resulta a negação da própria raça e cultura.

Um dos trabalhos que ganhou destaque por articular as categorias raça e gênero foi o artigo de Gonzalez intitulado "Racismo e Sexismo na cultura brasileira" de 1983. Nesse trabalho a autora aponta como elementos da cultura escravocrata no Brasil, como a doméstica (referência à mucama), ainda continuam vivos nos dias de hoje, 128 anos após o fim da Escravidão!

Gonzalez (1983) traça ao longo do artigo uma argumentação para explicar como existem operadores simbólicos para a naturalização do racismo e do sexismo. Segundo ela, o carnaval cumpre a função de reforçar o mito da democracia racial, na medida em que incorpora elementos como o samba, além de reforçar a figura da mulata, criando uma aparência de harmonia entre as raças que validam a cada ano a tese de que no Brasil não existe racismo.

"O mito que se trata de reencenar aqui, é o da democracia racial. E é justamente no momento do rito carnavalesco que o mito é atualizado com toda a sua força simbólica. E é nesse instante que a mulher negra transforma-se única e exclusivamente na rainha, na "mulata deusa do meu samba", "que passa com graça/fazendo pirraça/fingindo inocente/tirando o sossego da gente". É nos desfiles das escolas de primeiro grupo que a vemos em sua máxima exaltação. Ali, ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la" (GONZALEZ, 1983, p. 228).

O mito da democracia racial articulado ao sexismo produz sérias consequências para as mulheres negras, naturalizando situações de desigualdade e violência contra essa população. As formas contemporâneas da Casa grande e senzala são naturalizadas a tal nível que Ribeiro (1995) a chama de neurose cultural brasileira.

"Para nós o racismo constitui uma sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido veremos que sua articulação com

o sexismo produz efeitos de violência sobre a mulher negra. O engendramento da mulata e da doméstica fez-se a partir da figura da mucama. A doméstica nada mais é do que a mucama permitida a dar prestações de bens e serviços. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras de classe média. Não adianta serem educadas ou estarem bem vestidas, afinal boa aparência como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria branca unicamente atribuível a brancas ou clarinhas" (RIBEIRO, 1995, p. 447).

Diante disso, Carneiro (2011) aponta para a necessidade de se "enegrecer" o feminismo. Segundo ela, um feminismo negro na América Latina deve levar em conta que essas sociedades são construídas em bases multirraciais, pluriculturais e ainda assim racistas. Assim, deve-se colocar ênfase no racismo e como este influencia as relações de gênero dado que este tem papel decisivo na construção da hierarquia de gênero em nossa sociedade.

"Esse novo olhar feminista e antirracista, ao integrar em si tanto as tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirma essa nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher negra. O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro" (CARNEIRO, 2011).

Além de Suely Carneiro e Matilde Ribeiro, várias pensadoras feministas negras brasileiras, como Beatriz Nascimento e Jurema Werneck, problematizaram a articulação de gênero e raça para dar conta das especificidades das mulheres negras na sociedade brasileira.

O conceito de Interseccionalidade

É neste contexto de revisão crítica da teoria feminista branca até então vigente que Kimberle Crenshaw elabora um conceito fundamental nas análises do feminismo negro: interseccionalidade, conceito que busca unificar as categorias de opressão para uma análise mais completa. Nas palavras da autora:

"A interseccionalidade é uma conceitualização do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo,

o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Luiza Bairros, no artigo “Nossos feminismos revistados” de 1995, faz um esforço de mostrar as correntes da teoria feminista, seus pressupostos, além de tentativas de articular raça e gênero para a construção do pensamento feminismo negro. Bairros (1995) aponta que a experiência da opressão sexista

se dá dentro de uma matriz de dominação onde as formas de opressão de raça, gênero e classe social se cruzam em diferentes lugares.

“Assim, uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual racista e sexista. Raça, gênero, classe social, orientação



Prisca Paes

sexual reconfiguram-se mutuamente formando (...) um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade” (BAIROS, 1995, p. 461).

Bairros (1995) ainda enfatiza que entender esse ponto permite compreender os diferentes feminismos, mais ainda, permite pensar os movimentos negro e de mulheres negras.

“Este seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça) o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras lutar contra o sexismo ou contra o racismo? – já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas uma não existe sem a outra” (BAIROS, 1995, p. 461).

Ainda segundo Crenshaw (2002), a dificuldade referente ao conceito de interseccionalidade está no fato de que esta trabalha a diferença dentro da diferença. “No entanto, as leis e as políticas nem sempre preveem que somos, ao mesmo tempo, mulheres e negras. [...] Uma das razões pelas quais a interseccionalidade constitui um desafio é que, francamente, ela aborda diferenças dentro da diferença” (CRENSHAW, 2002, p. 9).

Rodrigues (2013) reforça que a maneira como foi formulado originalmente o conceito de interseccionalidade permite dar visibilidade às especificidades do ser mulher sem cair em um englobamento comum (sexo biológico); porém, sem dar ênfase a um “relativismo que desloca as relações de poder transformando-as em mero objeto de disputa”. (RODRIGUES, 2013, p. 6). Crenshaw (2002) afirma que o conceito

sugere que às vezes não estamos lidando com grupos diferentes, mas sim, sobrepostos. A autora cita como exemplo um caso judicial envolvendo mulheres negras e a fábrica General Motors.

"Várias mulheres afro-americanas afirmavam ter sido discriminadas pela General Motors, porque, segundo elas, a empresa se recusava a contratar mulheres negras. [...] Havia empregos para negros, mas esses empregos eram só para homens. Havia empregos para mulheres, mas esses empregos eram só para mulheres brancas. Na General Motors, os empregos disponíveis aos negros eram basicamente o de postos nas linhas de montagem. Ou seja, funções para homens. E, como ocorre frequentemente, os empregos disponíveis a mulheres eram empregos nos escritórios, em funções como a de secretária. Essas funções não eram consideradas adequadas para mulheres negras. [...] Por essa razão, elas moveram um processo afirmando que estavam sofrendo discriminação racial e de gênero. [...] O tribunal insistiu para que as mulheres provassem, primeiramente, que estavam sofrendo discriminação racial e, depois, que estavam sofrendo discriminação de gênero. Isso gerou um problema óbvio. [...] Inicialmente, o tribunal perguntou: "Houve discriminação racial?" Resposta: "Bem, não. Não houve discriminação racial porque a General Motors contratou negros, homens negros". A segunda pergunta foi: "Houve discriminação de gênero?" Resposta: "Não, não houve discriminação de gênero". A empresa havia contratado mulheres que, por acaso, eram brancas. Portanto, o que o tribunal estava dizendo, [...] basicamente elas não haviam sofrido qualquer tipo de discriminação que a lei estivesse disposta a reconhecer. Por essa razão, as mulheres negras foram informadas de que seu processo por discriminação não tinha fundamento." (CRENSHAW, 2002, p. 10-11).

Segundo King (1988, apud Romio, 2013, p. 138) os modelos de interpretação aditivos das formas de

opressão (racista, sexista e classista) acabam se tornando simplistas ao tomarem como ponto de partida que as formas de opressão são apenas a soma umas das outras. O que deveria se dar a partir de uma análise interseccionada acaba se tornando uma forma hierarquizada – conforme apontado por Audre Lorde (2009) – em que, dependendo do elemento objeto de análise, obtém-se um resultado diferente.

"Portanto, ao analisar a realidade das mulheres não se pode partir de um só ângulo. No caso das mulheres negras, suas experiências de vida são pautadas por relações de poder que assumem diversificadas configurações que, conscientemente ou não, as mantêm sob o jugo machista e branco. Enfrentam diferentes formas de opressão que não se resumem a de gênero ou a forma desigual com que são estabelecidos os papéis sociais e distribuído o poder que cada qual assume na relação com o outro. As formas de opressão confundem-se em relações mais complexas, históricas variadas que se inter-cruzam e refletem, principalmente, as relações de poder de um grupo sobre o outro" (SILVA, 2000).

Considerações Finais

Em linhas gerais, tratou-se aqui de efetuar um esforço para a compreensão do lugar ocupado pelas mulheres negras dentro dos movimentos feminista e negro, bem como traçar um percurso histórico de construção do pensamento feminista até o momento de construção de um dos conceitos centrais no feminismo negro, a saber: interseccionalidade, conceito capaz de dar conta das especificidades vivenciadas por cada mulher, bem como de todas as formas de opressão a que podem ser subordinadas. Assim, as mulheres negras foram capazes de dar visibilidade a si próprias na construção de uma nova forma de pensamento capaz de articular gênero e raça.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Branca Moreira & PITANGUY, Jacqueline. (1991), *O que é feminismo*. São Paulo, Brasiliense.
- BAIRROS, Luiza. (1995), "Nossos feminismos revisitados". *Revista Estudos Feministas*. n. 02, p. 458-463.
- CARNEIRO, Sueli. (2011), "Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero". GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA <<http://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acessado em 22/08/2016.
- CARNEIRO, Sueli. (2003), "Mulheres em movimento". *Estudos Avançados*, 17(49), p. 117-132.
- COLLINS, Patricia Hill. (2000), *Black feminist thought : knowledge, consciousness, and the politics of empowerment—* 2nd ed. Routledge.
- CRENSHAW, Kimberle. (2002), "A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero". *Revista Estudos Feministas*. Brasília, v. 10, n. 1.
- CRENSHAW, Kimberle. (2002), "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero". *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 1º semestre.
- GONZALEZ, Lélia. (1983), "Racismo e sexismo na cultura brasileira". In: *Ciências Sociais Hoje, 2 Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros Estudos*. ANPOCS. <<http://www.anpocs.com/index.php/universo/acervo/biblioteca/coltaneas/ciencias-sociais-hoje/282-ciencias-sociais-hoje-2-movimentos-sociais-urbanos-minorias-etnicas-e-outros-estudos>> Acessado em: 16/05/2017.
- GONZALEZ, Lélia. (1988), "A categoria político-cultural de amefricanidade". In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº. 92/93 (jan./ jun.), p. 69 - 82.
- HOOKS, bell. (2015), "Mulheres negras: moldando a teoria feminista". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16. Brasília, janeiro - abril, p. 193-210.
- HOOKS, bell. (1981), "Não sou eu uma mulher?". *Mulheres negras e feminismo*, 1ª edição 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro 2014.

- LORDE, Audre. (1983), "There is no hierarchy of oppression". In: BYRD, Rudolph; COLE, Johnnettabetsch; GUYSHEFTALL, Beverly (ed.). *I am your sister: collected and unpublished writings of audre lorde*. Nova Iorque: oxford university press, 2009. p. 219-220.
- RIBEIRO, Matilde. (1995), "Mulheres negras brasileiras: de Bertioga e Beijing". *Revista Estudos Feministas*. N 02, p. 446-457.
- RODRIGUES, Cristiano. (2013), "Atualidade do conceito de interseccionalidade para a Pesquisa e prática feminista no Brasil". *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)*, Florianópolis.
- ROMIO, Jaqueline. (2013), "A Vitimização de Mulheres por Agressão Física, segundo Raça/Cor no Brasil". In: Mariana Mazzini Marcondes [et al.] (orgs). *Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida*. - Brasília: Ipea, 160 p.
- TRUTH, Sojourner. (1851), "E não sou uma mulher?" – Discurso proferido na Convenção dos direitos da Mulher, Ohio, EUA, 1851. GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA. Disponível em: < <http://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/#ixzz46GqVH8u>>. Acessado em: 03/05/2016.

Recebido em: 30 de julho de 2016.

Aprovado em: 08 de abril de 2017.